

Regime Jurídico da Exploração dos Estabelecimentos de Alojamento Local

Online



7 horas

Preço : 135,00 € + IVA
Intra empresa : Sob consulta

Referência: 1416

A figura do alojamento local foi desagregada do Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos pelo Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, com o objetivo de regulamentar a prestação de serviços de alojamento temporário em estabelecimentos que não se enquadravam na categoria de empreendimentos turísticos.

Desde a sua criação, este regime tem sido objeto de controvérsia e sucessivas alterações legislativas, destacando-se as introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 63/2015, de 23 de abril, pelas Leis n.ºs 62/2018, de 22 de agosto, e n.º 71/2018, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro, e pela Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro.

Mais recentemente, em 23 de outubro de 2024, foi publicada uma nova alteração ao Regime Jurídico do Alojamento Local, clarificando as condições para o exercício da atividade. Esta revisão revoga medidas consideradas penalizadoras para o setor e estabelece regras destinadas a promover uma convivência mais equilibrada entre as comunidades locais e o alojamento local. Adicionalmente, introduz novas competências municipais, designadamente no âmbito da definição de áreas de contenção e novas áreas de crescimento sustentável, assim como em matéria de regulamentação municipal.

O diploma também aprofunda as relações entre a atividade de alojamento local e os privados, em especial os condomínios, e cria novas figuras como a do Provedor do Alojamento Local, além de prever um regime alternativo de acordo entre partes como solução face ao cancelamento de autorizações, entre outras alterações de carácter pontual.

Destinatários



Para Quem?

- Fiscais municipais, técnicos, outros trabalhadores dos municípios com responsabilidade na área e com interesse em aprofundar o tema.



Pré-requisitos:

- Computador, câmara e microfone.

Percurso de aprendizagem

Sessão Formação - Online (2 dias / 7h00m)

1 - Conceito de Alojamento Local

2 - Modalidades dos Estabelecimentos de Alojamento Local

3 - Registo dos estabelecimentos de Alojamento Local e a atuação dos municípios em matéria regulamentar

- Procedimento (a figura da comunicação prévia com prazo) e os novos requisitos de aprovação dos condóminos em caso de propriedade horizontal.
- Alojamento Local e RJUE
- Operações e procedimentos urbanísticos
- Cancelamento do registo e as alternativas ao cancelamento introduzidas na legislação

4 - Áreas de contenção e áreas de crescimento sustentável

5 - Requisitos para o exercício da atividade

6 - Prestação de serviços

- Possibilidade de instalação de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços em «estabelecimentos de hospedagem»

7 - Vistorias

8 - Identificação e publicidade

9 - Período de funcionamento

10 - Outras exigências

- Livro de Reclamações
- Livro de informações
- Seguro obrigatório
- Acesso aos estabelecimentos
- Reporte de informação de dormidas
- Informação sobre os estabelecimentos de AL registados

11 - Alojamentos locais em condomínios

12 - Fiscalização

13 - Outras alterações pontuais introduzidas pela nova legislação



Objetivos

No final da presente ação de formação os formandos deverão ser capazes de:

- Compreender a importância do alojamento local e perceber as suas características e tipologia
- Observar o regime jurídico de urbanização e edificação (RJUE) a obras isentas ou não de controlo prévio
- Entender a dependência do registo da atividade do RJUE e seu relacionamento com o alojamento local
- Avaliar os impactos ao nível económico e habitacional do alojamento local no âmbito das suas realidades locais



Métodos pedagógicos

- Método expositivo;
- Brainstorming.



Pontos fortes

- Formação com uma componente prática de elevada robustez.

Formadora



Ana Cláudia Guedes

É mestre em Direito na área de Ciências Jurídico-Políticas, menção em Direito do Urbanismo, Ordenamento do Território e Ambiente pela FDUC, licenciada em Direito pela mesma faculdade, investigadora do CEDOUA/FDUC, e jurisconsulta na área do urbanismo e do ordenamento do território.

É consultora em diversos municípios para as referidas áreas; É formadora e oradora convidada em Jornadas e Colóquios; É membro de júris em concursos para dirigentes em diversos Municípios;

É autora de diversos artigos em publicações de referência, destacando-se a coautoria dos livros "Licenciamento Zero - Regime Jurídico Comentado" (Edições Almedina 2014) e "Sistema de Indústria Responsável - Comentário ao Novo Regime e Acesso à Atividade Industrial" (Edições Almedina 2014).



Datas 2026 - Référence 1416



Últimas inscrições



Realização garantida

De 18 nov a 20 nov